

Revista da

# FACED

Universidade Federal da Bahia



9

ISSN 1516-2907

# Inclusão na diversidade: um desafio para os educadores

**RESUMO:** No intuito de contribuir com uma reflexão acerca do tema Inclusão na Diversidade, faremos uma abordagem sobre a prática escolar e o papel do professor na busca de uma educação de qualidade para todos. A análise aponta algumas das necessidades de formação do educador para atuar nessa nova perspectiva e sugere algumas transformações necessárias para o atendimento a essa diversidade, em compromisso com a mudança no quadro atual da educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diversidade; Educação especial; Inclusão.

**Rita de Cácia Santos Souza**

Doutoranda em Educação pela UFBA  
Profª. da Universidade Tiradentes  
ritacsouza@ibest.com.br

**Greice Fabiane Santos Silva**

Graduada em Pedagogia pela  
Universidade Tiradentes (UNIT-SE)

A preocupação com as diferenças individuais tem ganhado um maior destaque na sociedade pluralista em que vivemos.

Numa abordagem, de atenção à diversidade e à inclusão social, a educação apresenta-se como um fator importante de transformação social, em que novas propostas estão sendo desenvolvidas em torno de um ensino que atenda a todas as crianças e a suas diferentes necessidades educacionais.

O presente artigo pretende contribuir com uma reflexão acerca do tema Inclusão na Diversidade, fazendo uma abordagem sobre a prática docente voltada para a inclusão social, analisando as necessidades de formação para atuar nessa nova perspectiva e as transformações necessárias para o atendimento a essa diversidade de formas de vida, em compromisso com a mudança no quadro atual da educação.

A base teórica que fundamenta nossa posição circunscrever-se-á aos estudos de Peter Mittler (2003), William e Susan Stainback (1999), Azonilde Loretto da Trindade (1999), Philippe Perrenoud (2001), entre outros; documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/2001), Declaração de Salamanca (1996), entre outros.

Trata-se, aqui, da prática pedagógica e da formação docente para o ensino inclusivo e apresentam-se algumas medidas para enfrentar o desafio de trabalhar com as diferenças individuais dos alunos. Com esta análise, pudemos refletir e repensar sobre a

contribuição do educador para a formação humana, além de, nesse caminhar, podermos mobilizar outros educadores acerca do compromisso com a transformação social e educacional, no sentido de construir uma cidadania capaz de agir de forma significativa para com a sociedade na sua diversidade.

## Educação Especial

Podemos perceber que, desde os tempos antigos, os considerados deficientes realmente vêm travando uma luta por seus direitos na sociedade como um todo. No campo educacional, isso não tem sido diferente. Sabemos que a diversidade ao longo da história vem sendo desrespeitada. O sistema educacional, em virtude de sempre visar a ter indivíduos dentro de um mesmo padrão, não se preocupava com a inclusão dos diferentes. É por isso que a exclusão, embora o discurso seja o não tratamento discriminatório e igualdade para todos, ainda está muito enraizada historicamente na sociedade. As ideologias de liberdade e igualdade estão presentes em diversos segmentos sociais e institucionais, porém, na maioria das vezes, estão sendo rejeitadas.

Apesar disso, a educação, atualmente, tem mostrado avanços nesse sentido, apresentando novas propostas educativas em torno da inclusão social, a da Declaração de Salamanca baseada em princípios, política e prática em educação especial, a qual se efetivou em uma Conferência Mundial estruturada em torno de uma Ação em Educação Especial, evento organizado pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, representando 88 governos e 25 organizações internacionais reunidas em assembléia, no período de 7 a 10 de junho de 1994, em Salamanca, Espanha.

A declaração surgiu da necessidade de melhoria no acesso educacional para aqueles que se encontram em necessidades educacionais especiais. Seu objetivo é informar sobre políticas e nortear ações governamentais, organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, organizações não-governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca.

O princípio que orienta essa estrutura de ação em Educação Especial é o de que as escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras, numa pedagogia centrada na criança, capaz de bem-sucedidamente educá-la.

De fato, essa é uma das muitas ações no mundo em torno da Educação Especial que, ao longo de uma trajetória de lutas por uma educação para todos, verificou a necessidade de reestruturar os sistemas de ensino. E o Brasil é signatário nessa Declaração, como em diversas outras, pois incorporou à sua legislação os princípios de vários acordos internacionais, de tal maneira que é considerado um dos países mais avançados no mundo em questão de legislação sobre direitos da criança.

Paralelo a isso, muitas ações em torno da Educação Especial ainda estão se fazendo em todo o mundo, as quais, com certeza, trarão benefícios futuros à sociedade, pois, de acordo com o amplo contexto em que se processa o mundo social da vida, novas propostas estão se revelando-se cada vez mais importantes para a melhoria da educação; e um exemplo disso é a questão da formação de professores na perspectiva da inclusão.

### Em direção à prática inclusiva

Atualmente, a inclusão é tema de muitos debates tanto no contexto social como no escolar. A idéia que se tem de inclusão é a de fazer parte, inserir-se numa totalidade. Neste sentido, a inclusão na perspectiva educacional significa que as escolas devem possibilitar o acesso de todas as crianças aos meios regulares de ensino sem que haja barreiras de participação dos alunos no processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Mittler (2003, p.16),

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas àquelas que são rotuladas com o termo "necessidades educacionais especiais".

É nesse sentido que, quando se fala em inclusão, é importante deixar claro que ela não se refere somente a alunos com necessidades educacionais especiais, mas também a todas as crianças,

independentemente de cor, raça, religião, condição física. Contudo, para que as escolas desempenhem realmente este papel, há de se reconhecer que é necessária uma série de medidas que ofereçam essas oportunidades, tendo em vista que a escola sempre esteve acostumada a trabalhar o ensino de forma homogênea.

Segundo Stainback (1999), “o fim gradual das práticas educacionais excludentes do passado proporciona a todos os alunos uma oportunidade igual para terem suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular”.

É por essa razão que este tema vem sendo amplamente discutido por muitos profissionais da educação, apresentando alguns exemplos de práticas inclusivas que visam estabelecer possíveis caminhos a serem adotados pelas escolas, com o objetivo de promover uma educação para todos e garantir que as crianças, com suas mais diversas necessidades educacionais ou diferenças, sejam totalmente incluídas.

## Desafios para o educador inclusivo. O educador frente à diversidade e à inclusão

Trabalhar com realidades particulares, ou seja, com as diferenças individuais é uma oportunidade de enriquecimento pessoal. Valorizar a singularidade de cada ser humano é um compromisso ético de contribuir com as transformações necessárias à construção de uma sociedade mais justa.

Para o professor, saber trabalhar com essa realidade, apesar dos desafios, permite aprender a posicionar-se de forma a compreender as diferentes necessidades educacionais de seus alunos. A escola é o espaço em que pode dar-se a convivência entre crianças diferentes, com necessidades diferentes, e a partir daí tentar-se combater com o ensino discriminatório manifesto em gestos, comportamentos e palavras, o qual muitas vezes afasta e estigmatiza grupos sociais.

É preciso que haja um compromisso ético do professor ao tentar responder adequadamente às diferentes situações que surgirão, na maioria das vezes, de forma imprevisível. É necessário entendimento diante de situações que estão fora do seu próprio contexto de vida, de forma a enfrentar adequadamente o ocorrido, fazendo deste uma oportunidade de aprendizagem.

No que se refere à educação, o professor não deve assumir uma postura discriminatória quanto à pluralidade de formas de

vida, é preciso que permita que seus alunos desenvolvam suas habilidades particulares e, através destas possam dar a sua parcela de contribuição no processo educativo.

O educador é um referencial para seus alunos, passando a funcionar como modelo no qual a criança irá reconhecer sua própria imagem, que reflete confiança naquilo que acredita ser possível alcançar. É por isso que o educador precisa ter uma postura ética e não discriminar seu aluno, visto que estará julgando uma pessoa que é dotada de características próprias e que por isso merece respeito não só por parte dele, mas também de todos os que estão à sua volta. O professor desempenha papel fundamental neste aspecto por ser uma das pessoas que terá maior oportunidade de trabalhar tal questão.

Nesse sentido, a educação não deve permitir somente acesso ao conhecimento; deve também propiciar condições para que o indivíduo construa sua cidadania por meio da consciência de que é possível transformar e conviver com as diferenças individuais.

Perrenoud (1997) fala das pedagogias diferenciadas que não perdem o objetivo primordial da escola, que é de tentar garantir que todos os alunos tenham acesso a uma cultura de base comum. O autor considera a pedagogia das diferenças uma das formas de luta contra o fracasso escolar.

Sendo assim, existe nas interações em sala de aula a possibilidade de o aluno ter segurança de aceitação de suas características próprias, pela incorporação de contribuições que venha a trazer no processo educativo. Para tanto, o professor precisa estimular essas interações de uma forma que todos possam contribuir com o processo, sem haver preconceito para com aqueles que não o desenvolvem da mesma maneira. Ajudá-los a entender que existem diferentes necessidades educacionais decorrentes de habilidades diferentes possibilitará essa aceitação de maneira mais fácil.

No entanto, para que isso aconteça, o professor também precisa reconhecer essa questão por desenvolver uma atitude de aceitação da condição humana, de entender que existe uma ampla diversidade de desenvolvimento das potencialidades, e não somente quando se fala em aprendizagem, mas também nas próprias relações sociais.

A nossa formação humana é marcada por preconceitos invisíveis que muitas vezes ocorrem de maneira sutil, por meio da qual, sem percebermos, agimos de acordo com o padrão de ser ideal estabelecido pela sociedade.

Segundo Trindade (1999, p.11), “Aprendemos nos livros, nos meios de comunicação, na grande mídia, nos filmes, revistas, jornais (...) a idealizar algumas características humanas como as representantes legítimas e naturais do que seja ser humano”. Desta forma, é imprescindível ao professor ter uma percepção menos preconceituosa dos seus alunos e de sua prática para não tornar as relações sociais e o processo educativo obstáculos para o desenvolvimento.

De fato, é preciso reconhecer que trabalhar com a diversidade em sala de aula é realmente uma tarefa difícil; contudo, mesmo que os alunos sejam provenientes de diferentes contextos de vida, ou mesmo com necessidades educacionais, o professor também tem um contexto pessoal, uma cultura própria, que caso haja uma mudança dessas diferenças, poderá desenvolver uma experiência de interação na qual o ensino e a aprendizagem se tornem possíveis a todos.

Trabalhar com diversidade não é, portanto, ignorar as diferenças ou impedir o exercício da individualidade, e sim favorecer o diálogo, dar espaço para a expressão de cada um e para a participação de todos na construção de um coletivo apoiado no conhecimento mútuo, na cooperação e na solidariedade.

Tomando essa perspectiva, é reconhecível a importância de aceitar naturalmente o outro, incorporando uma prática que não veja a criança apenas como aluno, mas também como ser humano dotado de características próprias e, por isso, um agente educativo capaz de exercer influência positiva na sala de aula, onde, através da interação de todos, o conhecimento se torne amplo e significativo. Afinal, a valorização do ser humano é uma tentativa de se estabelecerem relações de trabalho amplamente interativo, com vistas à mudança.

Nesse sentido, a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em seu artigo 8º, § II, estabelece nas escolas da rede regular de ensino:

Distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade.

A despeito disso, embora seja um desafio para os professores saberem lidar com a diversidade na sala de aula, estes precisam compreender a importância do seu ensino como um meio de preparação dos alunos para a vida em sociedade. Se o professor tiver uma atitude discriminatória e não valorizar a diversidade, a cooperação e o respeito por aqueles que são diferentes, estará contribuindo para uma educação preconceituosa; afinal, respeitar a diversidade é também uma forma de educar. Os professores educam pelo relacionamento humano que mantêm com seus alunos, sendo estes influenciados a partir do processo educativo que recebem.

Dessa forma, os professores precisam realmente se enxergar como agentes ativos da mudança, capazes de desafiar o comportamento discriminatório, pois um aluno estigmatizado pode ter as suas chances de convivência social e desenvolvimento pessoal reduzidas.

Todavia, para que isso não aconteça, os professores deveriam estar atentos à sua linguagem na sala de aula e aos recursos que utilizam para desenvolver suas atividades, garantindo que todas as crianças sintam-se incluídas. Além disso, eles deverão encontrar maneiras de proporcionar opções que promovam o pleno desenvolvimento das crianças. Poderá envolvê-las em atividades que permitam que seus talentos sejam admirados e compartilhados, pois assim estarão enfatizando as potencialidades de cada um.

Assim, será extremamente significativo para o processo de inclusão que exploremos honestamente as diferenças, dando oportunidade aos alunos de compreenderem a diversidade de formas de vida, com vistas a superar mensagens que recebem em outros setores da sociedade.

Por isso é importante salientar que o ensino inclusivo abre espaços para novos relacionamentos, pois os alunos aprendem a respeitar as diferenças, crescendo confortavelmente com elas, sem preconceito e, desta forma, trazem benefícios que podem atingir a sociedade em geral, visto que estarão mais preparadas para a convivência no meio social.

Assim, mesmo com os obstáculos a respeito dos movimentos de inclusão, é visível que as escolas e a sociedade continuem caminhando rumo às práticas cada vez mais inclusivas. E o professor, como um dos agentes responsáveis desse processo, deve estar atento às novas exigências de atuação e formação nessa nova perspectiva.



## Novas exigências para a formação e atuação do professor

Com o século XXI, a sociedade alcançou um estágio muito mais complexo, com inúmeras propostas e tentativas de mudança no âmbito educacional. Nosso século tem registrado profundas transformações decorrentes do modo como ele se insere no atual momento histórico.

No tocante ao trabalho docente, novas propostas se fazem necessárias devido às transformações educacionais que estão ocorrendo de forma acelerada, exigindo, assim, novas aprendizagens que possam contribuir para a formação de profissionais capazes de responder aos novos desafios colocados à nossa realidade.

Atualmente, o que mais se tem discutido são os muitos esforços a serem feitos para o aprimoramento da qualidade da educação, de forma a garantir que esta esteja ao alcance de todos os membros da sociedade, levando aos sistemas educacionais o atendimento às diferentes necessidades, de maneira global.

Em virtude de os docentes constituírem o centro do processo educacional, espera-se que estes contribuam com essas novas exigências, já que cabe a eles uma parcela expressiva na responsabilidade de assegurar a todos o direito à educação. No entanto, para que isto aconteça, também, faz-se necessária uma formação que esteja condizente com esses novos desafios, pois a caracterização do modelo de formação que se tornou tradicional ao longo do tempo vem-se modificando em uma proporção reconhecidamente indispensável.

No discurso sobre formação de professores é crucial a afirmação de que, a cada dia, se faz mais urgente a qualificação profissional para se trabalhar na perspectiva da inclusão social. Esta é uma nova tendência que vem ganhando espaço em diferentes países num processo permanente de debates das questões práticas e teóricas para que os professores sejam capazes de responder às tarefas que decorrem do processo de inclusão.

Segundo Mittler (2003, p. 35), "A inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional."

Para tanto, os sistemas de formação docente precisam ser repensados, com propostas de reconstrução para capacitar os profes-

sores através de um processo permanente de desenvolvimento profissional envolvendo formação inicial e continuada, oportunizando assim a construção e ampliação de suas habilidades para trabalhar o ensino inclusivo com o objetivo de alcançar todas as crianças e jovens nas suas diferentes necessidades de aprendizagens.

De acordo com a LDB, em seu artigo 63, § III, os institutos superiores de educação manterão programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Dessa forma, é reconhecível que os programas de desenvolvimento profissional devem acrescentar conhecimentos às habilidades que os professores já possuem para que estes possam ensinar inclusivamente. Tendo em vista que a sociedade exigiu mudanças neste sentido, a formação de professores constitui séria preocupação diante da complexidade do exercício profissional nessa nova perspectiva.

Em se tratando de educação especial, este é o campo que deverá responder às diferentes necessidades educacionais especiais; e a formação docente se transforma em uma estratégia de capacitação para desempenhar as competências necessárias que servirão de base para conduzir o processo educativo diante dessa realidade.

Essa capacitação se torna cada vez mais necessária devido às dificuldades que os professores enfrentam ao lidar com alunos especiais. As crianças são diferentes umas das outras, e por esse motivo elas devem ser tratadas diferentemente para alcançar os mesmos objetivos.

Essa realidade se dá pelo fato de que os professores são preparados para trabalhar com alunos idealizados, e ao iniciar suas atividades docentes percebem que esses alunos apresentam muitas diferenças entre si, o que torna o ensino um desafio para atender a todas essas diferenças. Como se isso não bastasse, os professores não foram alertados para os sinais que apontam uma necessidade educacional especial e a partir daí, perceberem a sua importância para desenrolar o processo de aprendizagem.

É diante dessas circunstâncias que se deve alterar de forma significativa o panorama em que se encontra a educação especial no Brasil, utilizando-se de novas propostas que venham a ampliar as oportunidades educacionais por intermédio da garantia de condições de os professores desenvolverem continuamente suas competências para lidar com métodos mais eficazes.

Partindo desse pressuposto, a LDB, em seu artigo 59, § III, estabelece que

os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos em classes comuns.

Essa capacitação se dá de acordo com a Resolução CNE / CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, no artigo 18, § 1º, em que expressa que

são considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:

- I- perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- II- flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;
- III- avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
- IV- atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

Dessa forma, pode-se apontar que a questão da formação de professores em educação especial tem perfis distintos dos de professores do ensino comum, pois essa resolução em seu artigo 18, § 2º determina que:

São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos e pedagógicos e práticas alternativas adequados aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Entretanto, é importante salientar que a estratégia não é somente formar professores nessa perspectiva da inclusão, mas também valorizar os já existentes com medidas adequadas de avaliação dos conhecimentos e habilidades adquiridos durante o processo de formação inicial, para o seu desenvolvimento na formação continuada.

É nesse sentido, que a Resolução CNE / CEB nº 2, no artigo 18, § 3º, ainda aponta: “Aos professores que já estão exercendo magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”

A formação inicial é apenas o ponto de partida para o desenvolvimento profissional, e a formação continuada surge como uma posição que torna possível a atualização de novas abordagens educacionais que atendam à dinâmica da sociedade atual, além de servir de análise e reflexão sobre a prática, na retomada de ações e reaprendizagens pessoais.

Assim, tendo em vista que o professor necessita de habilitação para exercer uma atividade de compromisso com o sucesso das aprendizagens de todos os alunos, novos olhares se fizeram considerados para os requisitos de formação, pois a inclusão implica mudanças na prática pedagógica, que requer implementação de novas estratégias de ensino em permanente atualização.

Além disso, no trabalho com os portadores de necessidades educacionais especiais nas classes regulares de ensino, a formação precisa tratar das especificidades de cada tipo de deficiência e as formas para integrar esses alunos nas classes regulares. Para isso, a formação requer o desempenho de competências específicas por parte dos educadores para tratar dessas especificidades de maneira eficaz.

Nesse empreendimento, dúvidas e reservas são compreensíveis porque para se alcançar a prática inclusiva enfrentam-se dificuldades. A sensibilização de novos professores, capazes de planejar caminhos coerentes de qualificações com reconhecida confiança, é um desafio. As estratégias para o desenvolvimento profissional que ofereça uma oportunidade de capacitação para responder às manifestações decorrentes das necessidades dos alunos requerem avaliar que conhecimentos devem ser proporcionados a esses professores.

Pensando nisso, várias estruturas estão sendo estabelecidas e lançam as bases para as novas estratégias de desenvolvimento profissional que o professor precisa, a fim de alcançar com confiança as habilidades para ensinar de modo inclusivo. É por esta razão que o processo de desenvolvimento profissional envolve formação inicial e continuada como forma de assegurar a qualificação necessária para atuar nesses segmentos, o que consiste numa maneira de o docente se manter atualizado em relação às novas descobertas, acompanhando os temas atuais nos quais estão envolvidas as questões da educação.

Assim, torna-se evidente que em torno do compromisso de agente transformadora da realidade, a formação de professores, na perspectiva da inclusão social, desempenha um papel significativo no processo de reforma educacional, já que nenhuma iniciativa estará completa sem haver uma boa formação dos educadores.

É possível concluir que, historicamente, o acesso à educação sempre foi um processo marcado por lutas e reviravoltas de todo o tipo.

É por esse motivo que trabalhar em educação tem sido um desafio constante no sentido de superar sua qualidade, tendo em vista a conscientização do pleno exercício da cidadania e democracia, através do acesso de todas as crianças aos meios regulares de ensino.

O ensino se torna mais eficiente quando se levam em conta as diferenças individuais dos alunos e a inclusão surge como uma nova abordagem educacional que visa promover o pleno desenvolvimento dos alunos, inseridos numa totalidade.

Apesar de a educação especial ser o campo que exigirá um maior preparo profissional, a inclusão implica que “todas” as crianças sejam atendidas em escolas regulares, a fim de que ocorra uma interação entre elas, contribuindo, assim, para uma maior aceitação nas outras esferas da sociedade, mesmo porque o discurso baseado na igualdade de oportunidades pressupõe essas medidas, o que não exclui, necessariamente, um suporte paralelo oferecido pela educação especial.

Nessa perspectiva, muitas ações estão sendo desenvolvidas atualmente em todo o mundo para que a educação inclusiva se torne realmente possível. O magistério, assim como toda profissão, também tem uma trajetória construída historicamente. Atualmente, devido às novas exigências para a formação e atuação do docente na escola, a concepção de professor é elaborada a

partir de discursos sociais, e algumas medidas continuam sendo tomadas em função de sua atuação, revelando-se ainda insatisfatórias.

Nesse sentido, esse modelo de profissionalismo que parece fundamentar o atual processo de formação, ainda merece muito mais atenção nas pesquisas, pois assumir um compromisso com a esfera social exige qualificação específica para conseguir responder as complexidades dos problemas que, na maioria das vezes, os profissionais se sentem despreparados para lidar.

Esse é, portanto, um tema que implica uma grande discussão, envolvendo muitas questões controversas. É um estudo que pretende encaminhar para uma discussão ainda maior, haja vista identificar alguns pontos problemáticos sobre inclusão na diversidade que geram amplos questionamentos, tornando-se um desafio para os educadores.

**ABSTRACT:** In the aim of contributing with a reflection about the theme of Including in the Diversity, we present an approach about the formation of teachers for the inclusive teaching presenting some suggestions in order to face the defeat of working with the student's individual differences. This is a bibliographical study which analysis points the needs of a teacher's formation that enables him/her to act in this new perspective and to the necessary changes to respond to this diversity of life forms with the compromise to change the present education portrait.

**KEY WORDS:** Diversity; Special education; Inclusion.

## Referências

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

Declaração de Salamanca. Espanha, 1996.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

Parâmetros Curriculares Nacionais: **pluralidade cultural e orientação sexual.** Secretaria da Educação Fundamental. Rio de Janeiro: BP&A, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada: das intenções às ações.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

STAINBACK, William; STAINBACK, Susan. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre, Artmed, 1999.

TRINDADE, Azonilde Loretto da; SANTOS, Rafael dos (orgs.). **Multiculturalismo - mil e uma faces da escola.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.